

Política de Avaliação Externa do Estado de Mato Grosso e as Influências na Prática Pedagógica do(a) Professor(a) de Matemática

External Assessment Policy of the State of Mato Grosso and the Influences on the Pedagogical Practice of the Mathematics Teacher

Acelmo de Jesus Brito¹ • Luciano Duarte da Silva² • Alessandro Pires de Carvalho³ • Allan Kardec Messias da Silva⁴ • Regimar Alves Ferreira⁵

Resumo: Neste artigo, apresentamos fragmentos de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Instituto Federal de Goiás (IFG) – Campus Jataí/GO, no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática nas Escolas (GEPEME). Objetivamos compreender as influências da política de avaliação externa de Mato Grosso na prática pedagógica dos professores de matemática. A questão norteadora dessa pesquisa configura-se da seguinte forma: de que maneira a política de avaliação externa do estado de Mato Grosso influencia a prática pedagógica dos professores de matemática? Para isso, utilizamos como referencial teórico Sousa e Oliveira (2010), Gatti (2012) e Barreto e Pinto (2001). Os dados foram produzidos a partir de entrevistas semiestruturadas, realizadas com 30 professores de matemática de sete municípios de Mato Grosso. A análise dos dados foi conduzida por meio da Análise de Conteúdo, na perspectiva de Bardin (1977) e Rodrigues (2019), permitindo-nos identificar três Unidades de Registro, configuradas neste texto como focos de influência. Os focos identificados foram: “Superficialidade das Atividades Letivas”, “Engessamento do Currículo” e “Redução da Autonomia Profissional”. A partir da identificação desses focos, alinhamos uma discussão sobre as consequências dessas influências para a atividade pedagógica em matemática e para a educação em Mato Grosso. Por fim concebemos que alguns desses fenômenos são atribuídos à forma gerencialista com que, normalmente, as políticas de avaliação externa têm sido tratadas no Brasil.

Palavras-chave: Avalia MT. Currículo. Autonomia Profissional. Atividades Pedagógicas. Análise de Conteúdo.

Abstract: In this article, we present excerpts from an ongoing doctoral research project at the Federal Institute of Goiás (IFG) – Jataí Campus/GO, within the scope of the Study and Research Group on Mathematics Education in Schools (GEPEME). Our objective is to understand the influences of Mato Grosso's external assessment policy on the pedagogical practices of mathematics teachers.

The guiding question of this research is as follows: how does the external assessment policy of the state of Mato Grosso influence the pedagogical practices of mathematics teachers? To address this, we draw on the theoretical framework of Sousa and Oliveira (2010), Gatti (2012), and Barreto and Pinto (2001). The data were collected through semi-structured interviews conducted with 30 mathematics teachers from seven municipalities in Mato Grosso. Data analysis was carried out using Content Analysis, following the perspectives of Bardin (1977) and Rodrigues (2019), allowing us to identify three Recording Units, presented in this text as focal points of influence. The identified focal points were: "Superficiality of Teaching Activities," "Curriculum Rigidity," and "Reduction of Professional Autonomy."

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso • Barra do Bugres, MT — Brasil • ✉ acelmo@unemat.br • ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6212-5093>

² Instituto Federal de Goiás • Goiânia, GO — Brasil • ✉ luciano.duarte@ifg.edu.br • ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4510-9053>

³ Instituto Federal de Goiás • Goiânia, GO — Brasil • ✉ alessandro.carvalho@ifg.edu.br • ORCID <https://orcid.org/0000-0003-4820-3264>

⁴ Universidade do Estado de Mato Grosso • Nova Xavantina, MT — Brasil • ✉ allankardec@unemat.br • ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2076-2566>

⁵ Secretaria Municipal de Educação • Rio Verde, GO — Brasil • ✉ regimar.mat@gmail.com • ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2505-3163>



Based on the identification of these focal points, we align a discussion on the consequences of these influences for mathematics teaching and education in Mato Grosso. Finally, we conclude that some of these phenomena are attributed to the managerial approach that has typically been applied to external assessment policies in Brazil.

Keywords: MT Assessment. Curriculum. Professional Autonomy. Pedagogical Activities. Content Analysis.

1 Introdução

Esta pesquisa apresenta fragmentos de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento no Instituto Federal de Goiás (IFG) – Campus Jataí/GO, no interior do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Matemática nas Escolas (GEPEME), como uma temática de pesquisa de interesse coletivo do grupo. O GEPEME é um grupo de estudos e pesquisas interinstitucional que reúne pesquisadores da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Instituto Federal de Goiás (IFG), Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O grupo possui inserção em pesquisas em várias temáticas, sendo uma delas a Avaliação em Larga Escala.

O Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Mato Grosso é denominado Avalia MT. Ele foi criado em 2016 e, ao longo do tempo, passou por transformações. Em 2021, as reformulações no Avalia MT fizeram com que o sistema se aproximasse de forma mais significativa do formato atual.

O sistema mato-grossense se configura atualmente como um conjunto de Avaliações Externas em Larga Escala que, de acordo com o estado de Mato Grosso, permite a realização de um diagnóstico da educação básica e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante.

De acordo com Mato Grosso (2021), o sistema de avaliação educacional de Mato Grosso é composto por três instrumentos:

a) Avaliação Formativa: possibilita verificar o nível de aprendizado dos estudantes e, a partir dos resultados, elaborar políticas públicas para a superação das dificuldades encontradas, sobretudo subsidiando o trabalho desempenhado pelos professores junto aos estudantes para decisões sobre os atos pedagógicos.

b) Avaliação Somativa: tem como objetivo diagnosticar e monitorar o desempenho escolar ao final de etapas de escolarização, apontando para as necessidades de intervenção pedagógica por unidade escolar.

c) Avaliação de Fluência: objetiva aferir a capacidade dos estudantes, especialmente os matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, de lerem conjuntos de palavras



dicionarizadas e palavras inventadas de forma isolada, com velocidade e precisão.

O Avalia MT, na perspectiva de uma política educacional, segundo Mato Grosso (2021), tem como suporte a Lei Complementar nº 49, de 01 de outubro de 1998, que dispõe sobre a instituição do sistema de ensino do Estado de Mato Grosso e prevê, no artigo 19, inciso II, que a educação básica deve passar por avaliação permanente pelo Poder Público, do ponto de vista da qualidade, de seus métodos, da organização institucional e da proposta pedagógica. Enquanto política, o sistema de avaliação se articula com outras políticas educacionais, como a formação continuada, os materiais estruturados (apostilas), os sistemas estruturados de ensino (plataformas digitais) e as políticas de gratificação por resultados.

O objetivo dessa pesquisa é compreender as influências da política de avaliação externa de Mato Grosso na prática pedagógica dos professores de matemática. A questão norteadora dessa pesquisa configura-se da seguinte forma: de que maneira a política de avaliação externa do estado de Mato Grosso influencia a prática pedagógica dos professores de matemática?

Compreender as influências do Avalia MT e das políticas articuladas com ele nas atividades dos professores de matemática é essencial para entendermos os caminhos trilhados para a educação do estado. Além disso, possibilita reflexões e contribuições para uma política que, por ser relativamente jovem, ainda não ocupa posição de objeto de pesquisa para muitos pesquisadores.

2 Concepções de Avaliações Externas em Larga Escala e Seus Resultados

As avaliações externas em larga escala, atualmente, vêm se apresentando de forma frequente como potenciais instrumentos para mitigar problemas relacionados à qualidade da educação, bem como problemas relacionados à articulação do ensino e da aprendizagem nas escolas brasileiras. Observamos um crescimento significativo no número de estados e municípios com seus sistemas próprios de avaliação externa, com ações paralelas ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Como aponta o trabalho de Silva e Sousa (2022), há uma intensificação no movimento de criação de avaliações próprias por estados e municípios brasileiros que se alinham ao modelo de gestão por resultados a partir de 2005.

Sousa e Oliveira (2010) apontam dois argumentos em que há possíveis contribuições das avaliações nos processos de ensino e aprendizagem.

O primeiro considera a lógica interna dos processos de avaliação, examina seus princípios e procedimentos e procura explicitar os enfoques e critérios adotados, tomando-os como referência para a discussão das potencialidades e dos limites das práticas adotadas. As possibilidades de interferência da avaliação na melhoria da qualidade de ensino estariam presentes na própria lógica intrínseca ao seu delineamento. O segundo considera também a utilização dos resultados na condução



das políticas educacionais, examinando a validade, a relevância e a oportunidade das iniciativas adotadas como consequência do conhecimento obtido mediante o processo de avaliação (Sousa e Oliveira, 2010, p. 794).

De acordo com Gatti (2012), toda avaliação educacional visa trazer elementos para novas ações ou intervenções, mudanças de rumo, busca de alternativas, tomadas de decisões ou para reafirmar caminhos tomados que foram bem-sucedidos. No entanto, a autora destaca que:

“Os pesquisadores em educação precisam voltar-se mais ao estudo e à discussão das avaliações externas em larga escala, quer quanto aos aspectos relativos às políticas e ações educacionais, quer quanto aos aspectos teóricos e aos procedimentos implementados, à luz de uma perspectiva também pedagógica (Gatti, 2012, p. 36)”.

Autores como Barreto e Pinto (2001) também consideram necessária a produção de estudos e pesquisas sobre os impactos das avaliações em larga escala na educação brasileira. Para os autores:

[...] a predominância do discurso oficial nesta temática, principalmente na explicitação das características e finalidades de um sistema permanente de avaliação, capaz de contribuir para a melhoria da qualidade das escolas. [...] Os estudos mais sistemáticos realizados no país pelos próprios sistemas de aferição – Saeb, Paemg, Saresp – parecem encerrar-se em si mesmos, sem que haja um esforço maior de articulação com os demais estudos sobre a escola e o rendimento escolar, não se evidenciando uma reflexão acumulada (Barreto e Pinto, 2001, p. 61).

O crescente cenário de criação de sistemas próprios de avaliação externa em larga escala por estados e municípios revela uma particularidade de grande relevância: como são utilizados os resultados dessas avaliações? E, principalmente, quando e como os resultados chegam à ponta do processo, aos professores e alunos, e quais direcionamentos são definidos a partir deles?

Essa talvez seja a questão que realmente pode diferenciar as avaliações externas em larga escala entre instrumentos de responsabilização e instrumentos de contribuição. Para Sousa e Oliveira (2010) essas concepções de avaliação estão atreladas a concepções ideológicas posicionadas em dois polos antagônicos:

[...] a utilização de resultados de processos avaliativos em larga escala depara-se, no país, com uma intensa disputa ideológica. De um lado, a expectativa de uma gestão de sistema ancorada em uma racionalidade instrumental, com perspectiva de gerar maior eficiência. De outro, a ideia da autonomia dos processos educativos no âmbito da escola, enfatizando processos de autoavaliação. Dessa forma, a questão do uso dos resultados adquire uma nova dimensão (Sousa e Oliveira, 2010, p. 798).

Sem propensão a um lado ou a outro do contexto ideológico que emerge nas concepções

de avaliação, pautamos nossa análise na utilização dos resultados. As avaliações educacionais externas e em larga escala devem subsidiar as escolas no aprimoramento de práticas pedagógicas e de gestão, as secretarias de educação na formulação de políticas educacionais e os professores na identificação de distorções a serem corrigidas.

Nessa ótica, Sousa e Oliveira (2010) afirmam:

[...] a avaliação pode, também, possibilitar a emergência de propostas de redirecionamento ou transformação da situação avaliada. Não é possível pensar a avaliação dissociada da ideia de modificação. Para isso, talvez, a mais importante questão seja como criar um envolvimento tal que impulse os membros da instituição a se engajarem no processo de transformação (Sousa e Oliveira, 2010, p.801).

Assim, concebemos que as avaliações se configuram como indicadores para os profissionais da educação e, como tal, devem trazer em sua essência a possibilidade de transformação, que devem ir além do medir, ranquear e responsabilizar.

3 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa

Neste artigo, apresentamos um recorte com alguns dados de uma pesquisa de doutorado que está sendo realizada pelo primeiro autor. Buscando contemplar os objetivos formulados neste texto, que é compreender as influências da política de avaliação externa de Mato Grosso na prática pedagógica dos professores de matemática, utilizamos como pressupostos metodológicos a pesquisa qualitativa.

Para Creswell (2010, p. 94) “a pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa”. Ainda de acordo com Creswell (2010, p. 186) essa abordagem permite ao pesquisador “o desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias e, finalmente, fazer uma interpretação ou tirar conclusões sobre seu significado, pessoal e teoricamente”. Nessa ótica, visamos descrever e interpretar a perspectiva dos participantes em relação ao objeto investigado.

Na referida pesquisa de doutorado, participaram 30 professores de matemática vinculados à rede estadual de ensino de Mato Grosso, atuantes em sete cidades do estado: Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis, Denise, Nova Olímpia, Porto Estrela, Sapezal e Tangará da Serra. Os professores de matemática das unidades escolares estaduais foram contatados via WhatsApp e, nesse primeiro contato, foi apresentado um convite para participar da pesquisa, juntamente com os esclarecimentos prévios. Foram contactados 53 professores, dos quais 30 retornaram com intenção de participação, a esses foram dados todos os esclarecimentos, bem como feito um agendamento de data e hora para realização da entrevista.



Utilizamos como procedimento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, na qual os participantes foram entrevistados dentro de uma estrutura de oito questões. As entrevistas foram realizadas pelo autor, ocorreram via Google Meet e tiveram seu áudio gravado para posterior transcrição e textualização. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 194), a entrevista é definida como “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”.

Das oito questões que contemplam a pesquisa da tese de doutorado, aqui discutimos apenas uma delas: *De que maneira o Avalia MT influenciou sua prática pedagógica como professor(a) de Matemática?*

Para analisar os dados provenientes das entrevistas, utilizamos os procedimentos da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (1977) e Rodrigues (2019). Para Bardin (1977, p. 42) a Análise de Conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens”.

A seguir, apresentamos alguns excertos dos dados da referida pesquisa, que serão descritos e interpretados por meio de um movimento dialógico.

4 Influências da Política de Avaliação Externa de Mato Grosso na Prática Pedagógica dos Professores

As nossas análises nos permitiram constituir três tipos de influências na prática pedagógica dos professores de matemática, a partir das ações da Política de Avaliação do Estado de Mato Grosso. Em primeiro momento, apresentamos a “Superficialidade das Atividades Letivas” como um foco de influência. Em segundo momento, apresentamos o “Engessamento do Currículo”. E, em terceiro momento, apresentamos a “Redução da Autonomia Profissional” como o terceiro foco de influência.

Identificamos, a partir de nossas análises, que a “Superficialidade das Atividades Letivas” (8 frequências de aparição) é um foco de influência da política de avaliação que acaba exercendo um impacto na atividade pedagógica dos professores. Os excertos apresentados a seguir mostram esse impacto na percepção dos professores. Observamos que, das respostas apresentadas, destacamos em *itálico* o trecho da entrevista compreendido como “Unidade de Contexto”, que nos permitiu a codificação da Unidade de Registro, que aqui chamamos de foco de influência.



“É aquela coisa, somos cobrados pelo conteúdo que está previsto, então, querendo ou não, a minha prática pedagógica se resume naquilo. Eu não consigo trazer nada diferente para complementar, que possa trazer ao meu aluno outras percepções. Eu tentei fazer isso ano passado, trazer uns exercícios mais contextualizados ali para o meu aluno refletir, e aí, no final, quando chegou a primeira avaliação e o resultado não foi o esperado, isso culminou no fato de que fui chamada para uma reunião para explicar o que tinha acontecido, por que os alunos não se saíram bem nas avaliações. Então, assim, eu me senti ali a pior pessoa, porque eu tentei melhorar as condições para meu aluno. Assim, influencia muito, porque eu não consigo sair daquilo, eu tenho que trabalhar de acordo com o material estruturado. Às vezes, meu aluno não entende o conteúdo, mas eu tenho que avançar para a próxima unidade, eu não consigo fazer com que o meu aluno pelo menos consiga entender o básico. Comecei a unidade um, já não consigo mais trabalhá-la direito e já tenho que avançar para a próxima até eles conseguirem ver todas as unidades previstas. Ou seja, minha ação enquanto professora se resume a seguir o sistema estruturado, a gente não consegue trabalhar nada fora do mesmo.” (PM1)

“O Avalia MT influencia minha prática porque ele acaba mascarando muita coisa, o que impõe um trabalho em que as aulas são insuficientes para cumprir os conteúdos previstos e, dessa forma, nosso trabalho acaba ficando aligeirado. Assim, acabamos não fazendo um bom trabalho em sala de aula por conta do tempo que é disposto para esse trabalho. Não dá tempo, é muito conteúdo para abordar.” (PM21)

Como percebido através dos excertos, esse fenômeno está relacionado ao subdimensionamento do tempo necessário para que os professores possam cumprir o currículo a ser avaliado posteriormente. Esse subdimensionamento acaba influenciando os professores a realizarem uma abordagem superficial e acelerada dos conteúdos de matemática apresentados aos alunos.

Esse foco também é percebido por Mattos et al. (2022, p. 5) que buscaram compreender as concepções dos estudantes sobre avaliações externas, tendo identificado que, entre alguns fatores, os estudantes perceberam que as avaliações acabam exercendo uma pressão para que “os conteúdos em pauta são apresentados ligeiramente fracos” ou abaixo das medidas de complexidade e rigor. Já Bauer, Alvarse e Oliveira (2015, p. 1387) afirmam que, de uma forma geral, as críticas aos impactos das avaliações externas sobre a escola estão relacionadas com “a influência das avaliações sobre o currículo, o trabalho realizado pela escola e, inclusive, sobre as abordagens metodológicas adotadas pelos professores em sala de aula”.

Acreditamos que o fator “Superficialidade das Atividades Letivas”, enquanto consequência da Política de Avaliação Externa do Estado de Mato Grosso, contribui para diminuir as possibilidades de desenvolver nos alunos uma aprendizagem adequada, com o desenvolvimento das habilidades e competências previstas nos documentos oficiais que norteiam a educação básica brasileira.

Identificamos o “Engessamento do Currículo” (7 frequências de aparição) como um segundo foco de influência da política de avaliação na prática pedagógica dos professores, na perspectiva deles, conforme evidenciado nos excertos da entrevista.



“Essa política de avaliação externa, de certa forma, acaba interferindo no sentido de que acabamos trabalhando aqueles conteúdos que são mais abordados na avaliação. Então, nossa prática é convergida para a avaliação. Costumamos trabalhar aquelas habilidades que são mais foco, mais essenciais, que são cobradas, até porque, devido ao tempo, que é relativamente curto para abordarmos tudo o que é previsto, temos que fazer esses ajustes, e esses ajustes acabam contribuindo para convergir nossas ações enquanto professores para o que é cobrado nas avaliações.” (PM8)

“O Avalia MT influenciou minha prática no sentido de que ele traz ali os conteúdos que necessariamente tenho que trabalhar durante cada bimestre, então acabo trabalhando dentro do bloco de conteúdos daquele bimestre, sem possibilidade de autonomia sobre isso. Assim, a parte boa do Avalia MT é que toda a rede estadual trabalha com aquela quantidade de conteúdos previstos. Então, se um aluno de uma outra escola se transferir de unidade, estaremos nivelados em relação ao conteúdo a ser abordado.” (PM25)

A implementação de um material estruturado (apostilas), articulado com a política de avaliação, acaba exercendo uma pressão para que o currículo avaliado se sobreponha ao currículo prescrito pelos documentos oficiais. Esse movimento é evidenciado nos excertos das entrevistas. Nessa ótica, as avaliações hierarquizam os conteúdos pela possibilidade de serem cobrados nas provas. Esse cenário é apresentado por Zanlorenzi e Tibes (2019, p. 14), que afirmam que “essa regulação dos conteúdos provoca um engessamento dos mesmos e leva as escolas a priorizarem o que é exigido nas avaliações em detrimento de outros”.

De acordo com Rodrigues, Nascimento e Ramos (2021), ao lançar cartilhas que determinam quais conhecimentos serão exigidos em cada prova, os gestores municipais e estaduais e suas equipes pedagógicas acabam por determinar, dentro dos conhecimentos escolares já predeterminados e excludentes, qual o percurso que escolas e professores deverão trilhar a fim de cumprir com sua responsabilidade frente aos índices do IDEB.

O engessamento do currículo tem se tornado uma consequência das políticas de avaliação nos mais diversos níveis da educação. Esse fenômeno ganha ainda mais notoriedade quando o processo de responsabilização dos professores pelas notas dos seus alunos nessas avaliações avança, tornando-se uma ação indutora para que os professores concebam a avaliação como foco de suas atividades, em detrimento da aprendizagem de seus alunos.

Também identificamos, a partir das nossas análises, a “Redução da Autonomia Profissional” (6 frequências de aparição) como um foco de influência da política de avaliação nas atividades pedagógicas dos professores. Podemos verificar as evidências que nos permitiram essa identificação nos excertos das entrevistas listadas abaixo.

“De certa forma, essa política acabou tirando minha autonomia de decidir sobre como exerço minha atividade docente. Antes, tínhamos os livros didáticos e tínhamos o processo de escolha desse livro e também a autonomia de organizar as atividades com base no livro ou não. Agora, com o material estruturado, padroniza-se o que



temos que ensinar e também o tempo que temos para ensinar o que está previsto, sendo que o aluno será avaliado posteriormente com base nisso. Como o material aborda uma grande quantidade de conteúdo em um curto espaço de tempo, não conseguimos trabalhar todo o conteúdo e também não conseguimos trabalhar com outro material.” (PM9)

“Vejo grande parte dos professores, inclusive eu, um pouco sobrecarregada com as questões burocráticas, como preenchimento de tabelas e inserção de dados em sistemas, entre outras demandas que são passadas para o professor. Outra questão é que os professores perderam parte da sua autonomia para decidir sobre a mediação na sala de aula, pois agora apenas seguem o que é determinado.” (PM19)

De acordo com Cunha et al. (2020), toda essa padronização ocorrida nos sistemas educacionais acaba transformando a gestão educacional e a organização escolar, forçando os professores a vivenciarem uma deterioração das condições de trabalho e a perda de autonomia.

Bauer, Alavarase e Oliveira (2015) destacam que as avaliações externas se configuram como políticas articuladoras do trabalho pedagógico dos professores nas escolas, sendo formuladas de modo a centralizar a educação nos sistemas de avaliação. Os fatores aqui relacionados, como influências das ações da Política de Avaliação do Estado de Mato Grosso na prática pedagógica dos professores de matemática, explicitam esse processo de centralização do trabalho pedagógico do professor nas avaliações externas.

Em relação à finalidade das avaliações, Welter e Pasini (2014, p. 2) enfatizam a importância de “diagnosticar as dificuldades apresentadas pelos alunos, para que estas possam refletir no processo de ensino e de aprendizagem no decorrer do trabalho pedagógico”. No entanto, os autores também destacam que as avaliações realizadas desvinculadas dos objetivos reais da educação, que é formar alunos para o exercício da cidadania, podem contribuir para uma ressignificação mais obscura das finalidades dessas avaliações.

Quando analisamos os fatores de influência constituídos nesta pesquisa, vislumbramos um cenário em que a pressão exercida pela política de avaliação externa de Mato Grosso na prática dos professores de matemática pode contribuir para essa ressignificação obscura das finalidades da avaliação, determinada por Welter e Pasini (2014).

A Superficialidade das Atividades Letivas, o Engessamento do Currículo e a Redução da Autonomia Profissional, como influências da política de avaliação externa na atividade pedagógica do professor, além de contribuírem para a centralidade dos processos da educação nas pressuposições das avaliações, também reduzem as possibilidades de formação dos alunos para o exercício pleno da cidadania.

Assim, a política de avaliação de Mato Grosso avança além da regulação do currículo, passando a regular a prática pedagógica dos professores, pressionando-os a focar exclusivamente no alcance de metas, em detrimento de sua autonomia docente e das



possibilidades de tomar maiores decisões sobre sua prática no seu contexto.

5 Considerações Finais

Explicitamos nesse tópico, nossas compreensões de como a Política de Avaliação Externa do Estado de Mato Grosso influencia nas atividades pedagógicas dos professores de matemática. Quando olhamos para os nossos objetivos de pesquisa, compreendemos que na perspectiva dos professores, a Política de Avaliação em Larga Escala do Estado de Mato Grosso, não possui um impacto exclusivo nas atividades docentes dos professores de matemática. Sendo assim, essa política possui uma influência de forma articulada com outras políticas educacionais. No entanto, essas outras políticas que se articulam com a política de avaliação, possui um início e um fim na própria política de avaliação.

Quando olhamos para a nossa questão norteadora da pesquisa identificamos três maneiras sob as quais a Política de Avaliação Externa de Mato Grosso, exerce influência nas atividades dos professores de matemática, na ótica dos professores, a partir de três focos de influência.

O primeiro foco de influência foi caracterizado como, “Superficialidade das atividades Letivas”. Para os professores as avaliações, juntamente com o currículo a ser avaliado dentro de uma estimativa de tempo em que se desconsidera as especificidades locais e dos alunos, acabam promovendo uma apresentação superficial dos conteúdos para que se tenha tempo para conseguir cumprir o que está previsto no tempo estimado.

O segundo foco identificado foi, o “Engessamento do Currículo” ensinado. Na perspectiva dos professores a implementação de materiais (apostilas), como materiais norteadores das atividades docentes, associado a uma subestimação do tempo para as atividades docentes, acarreta uma impossibilidade de uso de outros materiais diferentes dos que foram implementados. O que deixa o currículo ensinado totalmente alinhado ao que os materiais (apostilas) determinam.

O terceiro foco de influência foi a “Redução da Autonomia Profissional” dos professores. Para os professores, a articulação da política de avaliação com outras políticas educacionais, exercem uma pressão para que o exercício das atividades do professor, seja cada vez mais determinada em outros espaços, a quem do professor, e essa pressão coloca o professor na posição de executar ao invés de decidir e planejar.

Percebemos que os professores têm procurado uma adequação frente a política de avaliação, no entanto a articulação da política de avaliação com outras políticas educacionais, têm exercido forte pressão na organização curricular da escola, bem como nas atividades



pedagógicas e cotidianas do professor, essa pressão, possui uma forma e intensidade, que coloca os resultados nas avaliações como objetivo central, em detrimento a aprendizagem dos alunos. E que nessa perspectiva entendemos o objetivo central deveria estar na aprendizagem, tendo os resultados das avaliações como consequência do objetivo central.

Entendemos que as contribuições desta pesquisa para áreas como educação, ensino e educação matemática vão além da promoção de uma discussão sobre aspectos de implementação e execução de políticas de avaliação em um dos estados do Brasil.

Constituímos dados que convergem com as percepções dos professores de Mato Grosso à diversas pesquisas realizadas no Brasil. Isso reforça que alguns desses fenômenos são atribuídos à forma gerencialista com que, normalmente, as políticas de avaliação externa têm sido tratadas no país. Entender esses aspectos enquanto pesquisadores nos proporciona condições de propor ações que possam mitigar essa ressignificação obscura das avaliações enquanto instrumento de responsabilização e centralização do trabalho dos professores.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá; PINTO, Regina Pahin. (Coord.). *Avaliação na educação básica (1990-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001.

BAUER, Adriana; ALAVARSE, Ocimar Munhoz; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. *Educação e Pesquisa*, v. 41, p. 1367-1384, 2015.

CRESWELL, John Ward. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. In: *Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Editora Penso, 2010.

CUNHA, Niágara Vieira Soares; SILVESTRE, Pedro Henrique; MAIA, Francisco Erado da Silva; SANTOS, Sarah Galvino dos; OLIVEIRA, Talisson Mota de. Avaliação externa e autonomia docente: o SMAEF como meio de reprodução da cultura por resultados. *Movimento-revista de educação*, v. 7, n. 15, 2020.

GATTI, Bernardete Angelina. Políticas de Avaliação em Larga Escala e a questão da Inovação Educacional. *Série-Estudos (UCDB)*, v. 33, p. 29, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamento de Metodologia Científica*. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Política de Avaliação da Educação Básica em Mato Grosso*. Cuiabá: SEDUC/MT, 2021.



MATTOS, Kélli Renata Corrêa de; WALCZAK, Aline Teresinha; CZEKALSKI, Riceli Gomes; AMESTOY, Micheli Bordoli; ROSA, Poliana Antunes da; TOLENTINO-NETO, Luiz Caldeira Brant de. Concepções sobre avaliação externa presentes nas narrativas de professores e estudantes: um olhar para o Programa Aprender Valor. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 7, 2022.

RODRIGUES, Flávia Covalsky de Souza; NASCIMENTO, Thaiane Bonaldo do; RAMOS, Nara Vieira. Avaliações em larga escala: influências na juvenilização da Educação de Jovens e Adultos. *Retratos da Escola*, v. 15, n. 32, p. 339–358, 2021.

RODRIGUES, Marcio Urel. (Org.). *Análise de Conteúdo em Pesquisas Qualitativas na Área de Educação Matemática*. Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, Antônia Bruna da; SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian. Motivações para a criação de avaliação educacional em larga escala por municípios brasileiros. *Revista Educação em Questão*, v. 60, n. 64, 2022.

SOUSA, Sandra Maria Zákia Lian; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 141, p. 793-822, set./dez, 2010.

WELTER, Cristiane Backes; PASINI, Juliana Fatima Serraglio. (2014). Avaliação em larga escala: que avaliação? O que dizem as crianças? In *X ANPED SUL* (pp. 1–13). UDESC. http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1709-0.pdf

ZANLORENZI, Maria Josélia; TIBES, Elisane Daló. Provinha brasil e suas possibilidades no planejamento docente: reflexões de professores de uma escola pública municipal da região sudoeste do paraná. *Revista Labor*, v. 1, n. 21, p. 7–30, 2019.